

AS COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS DO NORTE DE MINAS/MG E OS DESAFIOS RELACIONADOS COM A PANDEMIA DA COVID-19

Amaro Sérgio Marques

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Brenda Melo Bernardes

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Alessandro Borsagli

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)

RESUMO

As comunidades tradicionais se vinculam aos seus ambientes biofísicos por meio da utilização de seus recursos naturais para a subsistência e como suporte para manifestação de suas atividades cotidianas e tradições culturais. O Norte de Minas/MG concentra uma pluralidade de comunidades tradicionais - entre elas destaca-se as quilombolas - que se apropriam das áreas adjacentes ao Rio São Francisco para moradia, para exercício de suas atividades diárias e para manifestação de seus valores culturais. Contudo, apesar de estabelecerem esse forte vínculo com o território onde se inserem, elas têm lidado com ameaças de expropriação, além de enfrentarem desafios de perpetuação de suas tradições culturais e limitação de seus recursos para subsistência em função do contexto da pandemia da COVID-19. Assim, coloca-se como objetivo deste artigo analisar os desafios relacionados com o processo de reconhecimento de permanência nos territórios pelas comunidades quilombolas do Norte de Minas e de perpetuação de seus saberes, frente aos impasses fundiários e ao contexto do fim da pandemia de COVID-19. A pesquisa é de base qualitativa e utiliza-se como procedimentos técnicos de coleta de dados a análise documental, a partir da consulta à documentos oficiais como decretos, pesquisa bibliográfica por meio da consulta à livros, teses e artigos e pesquisa de campo, a partir da análise de relatos de membros integrantes das comunidades tradicionais em questão.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; Pandemia; COVID-19.

THE TRADITIONAL QUILOMBOLA COMMUNITIES IN THE NORTH OF MINAS GERAIS, BRAZIL AND THEIR CHALLENGES RELATED TO THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT

Traditional communities are linked to their biophysical environment by using their natural resources for subsistence and as support for their cultural traditions and daily activities. The North of Minas Gerais, Brazil, concentrates a plurality of traditional communities, among them the quilombolas, which use the surrounding areas of the São Francisco River for housing, daily activities and expressing their cultural values. However, despite the strong connection with the territory, they have been suffering expropriation threats, challenges in maintaining their cultural traditions and limiting resources for subsistence in the context of the COVID-19 pandemic. In this context, this research

aims to analyze the challenges faced by quilombolas of the North of Minas Gerais, Brazil, in staying in the territories and maintaining their traditions, facing the landowners' threats and the COVID-19 pandemic. The research was qualitative and used documental analysis by consulting official documents and bibliographical research through books, articles, theses, and field research from members of the mentioned traditional communities.

Keywords: Traditional communities; Pandemic; COVID-19.

Submetido em: 14/05/2023

Aprovado em: 21/07/2023

INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais são aquelas que estabelecem relação sustentável e íntima com os territórios onde se inserem, ao usufruírem de seus recursos naturais, como os cursos d'água, a fauna e flora, para subsistência e para exercício de suas atividades cotidianas. Assim, essas comunidades apresentam modos de vida peculiares que são passados de geração para geração, como herança cultural.

Os Povos e Comunidades Tradicionais são reconhecidos legalmente a partir do Decreto Federal nº. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007). Todavia, esse decreto é fruto de todo um processo de luta por direitos da população afro-brasileira iniciado pelo movimento negro nos anos de 1970, bem como com os desdobramentos da Constituição de 1988, que garantiriam o direito à posse das terras tradicionalmente ocupadas por remanescentes de quilombos (BRASIL, 2016).

O Norte de Minas/MG abriga diversas comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas, vazanteiros, geraizeiros, ribeirinhos, que se estabelecem nas áreas adjacentes ao Rio São Francisco, sobretudo nas áreas rurais dos municípios que integram essa Mesorregião, e utilizam dos recursos naturais provenientes dos cursos d'água existentes, da fertilidade do solo e das matas nativas para a realização de atividades como a pesca, a agricultura, a coleta de frutos do cerrado, o extrativismo vegetal, a pecuária e a caça.

Como foco deste trabalho, direciona-se a abordagem para a análise das particularidades de comunidades quilombolas situadas no norte do Estado de Minas Gerais, tendo em vista que é uma região de concentração de grupos de remanescentes de quilombos, muitos desses com titulação e reconhecimento pela Fundação Palmares, entretanto sem documentos legais que comprovem a posse definitiva de seus territórios.

Apesar das comunidades tradicionais estarem presentes nessas regiões desde seus antepassados, construindo laços sociais e tradições peculiares com seus territórios, têm lidado, ao longo do histórico de ocupação das margens do Velho Chico, com ameaças de expropriações, sobretudo por parte de grileiros, de fazendeiros, de sitiantes e de grandes empresas vinculadas ao agronegócio. Esses fatores têm dificultado a sobrevivência e a perpetuação dos saberes tradicionais desses povos. Desse modo, são constantes os cercamentos realizados nessas terras de uso coletivo por parte desses grupos hegemônicos, no intuito de exercerem domínio sobre esses territórios e, conseqüentemente, de seus recursos naturais.

Ademais, a dificuldade de reconhecimento do direito legal de permanência dessas comunidades tradicionais nos territórios devido à burocracia nos trâmites de regularização fundiária, associado aos desafios de sobrevivência e de manutenção dos laços sociais no contexto com o fim da pandemia da COVID-19¹ tem trazido insegurança para esses povos em função dos conflitos socioespaciais, e contribuído para a perda de fontes de renda e de seus valores socioculturais. Vale ressaltar que a região já apresentava baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo caracterizada por uma população de baixa renda antes da pandemia, fato agravado com as conseqüências do isolamento sofrido durante a pandemia.

Desse modo, define-se como objetivo deste artigo analisar os desafios relacionados com o processo de reconhecimento de permanência nos territórios pelas comunidades quilombolas do Norte de Minas e de perpetuação de seus saberes frente ao contexto posterior à pandemia da COVID-19.

A pesquisa apresentada resulta de desdobramentos da tese de doutorado defendida por Amaro Sérgio Marques, em 2018, pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, que abordou a formação do território da comunidade quilombola de Bom Jardim da Prata; de discussões e visitas de campo realizadas em Grupo de Pesquisa denominado Espaços Rurais e Povos Tradicionais, na Faculdade Santo Agostinho - Montes Claros/MG, entre os anos de 2015 e 2018 e em maio de 2021; da elaboração e sistematização de informações coletadas por meio de conversas informais com moradores e lideranças de comunidades tradicionais no Norte de Minas; e de pesquisas, sobretudo vinculado as comunidades quilombolas situadas nos municípios de São Francisco e Manga, no período que compreende o ano de 2021 à 2023.

¹ Segundo o Ministério de Saúde (2021), a COVID-19 caracterizou-se como uma doença de alto poder de propagação, desencadeada por uma infecção respiratória aguda, sendo transmitida pelo coronavírus SARS-CoV-2. Pelo fato de ser disseminada com muita facilidade, a partir saliva e secreções respiratórias produzidas pela pessoa contaminada, houve a necessidade de adoção de medidas sanitárias relacionadas ao isolamento social enquanto tentativa de redução da velocidade de disseminação da doença.

Sobre os procedimentos adotados, a pesquisa é de base qualitativa e utiliza referências provenientes de publicações acadêmicas como tese e artigos que tratam sobre as comunidades tradicionais de modo geral e, especificamente no Norte de Minas, livros e artigos que abordam sobre o conceito de território.

O artigo é estruturado em três partes, além da introdução. Na primeira seção é abordado o conceito de território e sua influência nas comunidades tradicionais que se estabelecem no Norte de Minas, na segunda seção são relacionados os aspectos culturais específicos das comunidades tradicionais do Norte de Minas e os desafios relacionados com as condições de isolamento da COVID-19, bem como as consequências do período pandêmico e, em considerações finais, são relacionadas reflexões críticas sobre a territorialidade, cultura e desafios que permeiam os povos tradicionais em questão.

1. AS COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS NO NORTE DE MINAS/MG E OS DESAFIOS QUE PERMEIAM O RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO

O território² se consolida no espaço a partir das relações de poder que são instituídas quando apoderado por atores sociais. Assim, ao buscar as origens do seu conceito clássico na Geografia, é assimilado o campo de poder estabelecido a partir das relações de domínio e apropriações do espaço (SUERTEGARAY, 2001).

Nessas circunstâncias, as representações no espaço vivido são produzidas a partir das apropriações e das relações hierárquicas estabelecidas entre atores que consolidam o território como um campo operatório, manipulado, sobretudo, conforme os interesses de agentes dominantes (RAFFESTIN, 1993).

É frequente, nessa perspectiva, a predominância de interesses econômicos e políticos no sistema de ações instituído nos territórios, e, essa visão reducionista do espaço, que deixa de ser visto a partir da sua complexidade política, econômica, social e cultural, pode ser motor para conflitos travados entre dirigentes e/ou atores hegemônicos, que o manipulam conforme interesses individuais existentes *versus* comunidades e a sociedade civil de modo geral, que podem reivindicar sua importância enquanto espaço de manifestação da diversidade e das especificidades socioculturais construídas cotidianamente.

² O conceito de território também é abordado em Bernardes, Marques e Sá (2020).

Santos (2006) também compartilha desses princípios ao colocar que o território é construído a partir de múltiplas e simultâneas forças que o organizam e ressignificam constantemente. Destacam-se, nesse sentido, as forças verticais, que instituem as relações de hierarquia de poder, e, em oposição, às forças horizontais, que consolidam ações colaborativas e solidárias, ao atribuir ao território o conceito de espaço de vivência comunitária.

Dessa maneira, o território também pode ser constituído a partir de uma rede de relações sociais que evocam sua importância enquanto lugar de memória afetiva, de práticas culturais, de relações simbólicas e de rituais que grupos ou comunidades podem estabelecer com seus ambientes biofísicos (LITTLE, 2002).

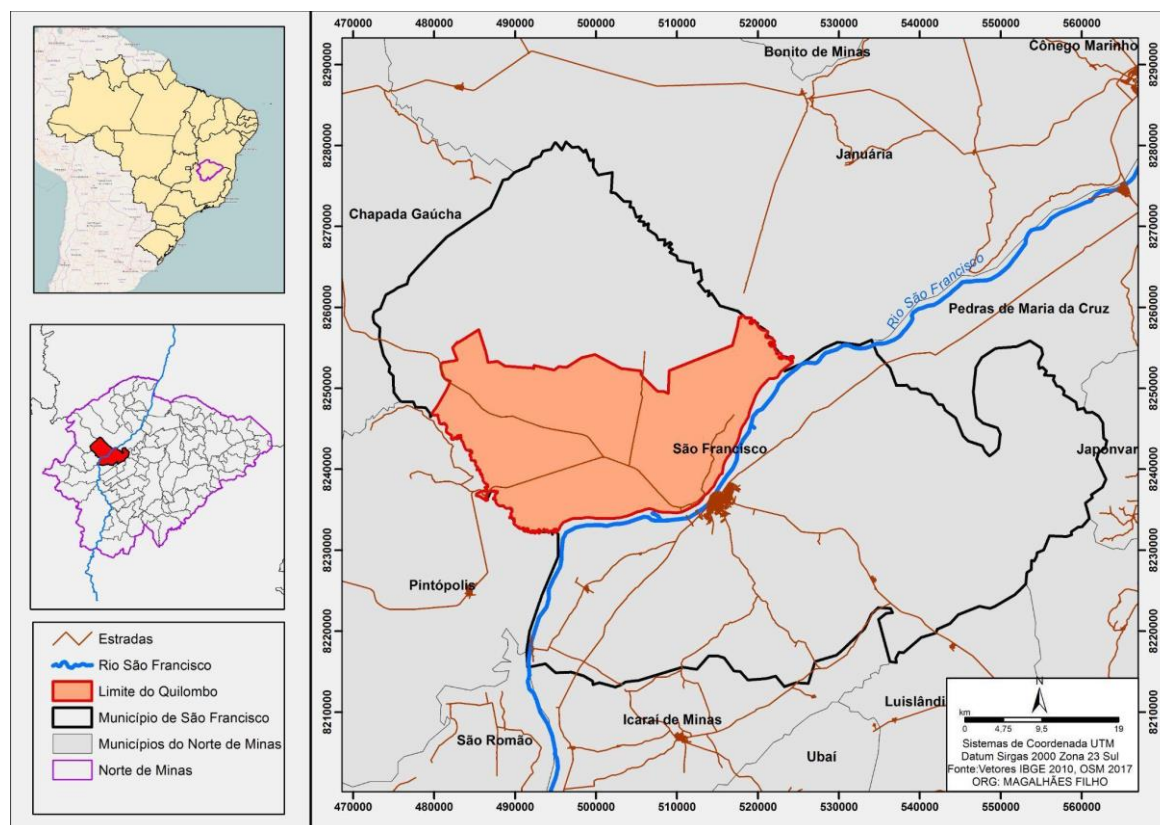
Destaca-se, nessa visão, os Povos e Comunidades Tradicionais, que estabelecem fortes vínculos com os territórios onde se apropriam, utilizando de seus recursos naturais, de modo responsável e consciente, para subsistência e perpetuação de suas tradições que estão presentes nas relações cotidianas construídas no meio onde se inserem (BRASIL, 2007).

Assim, no que abrange as relações construídas entre comunidades tradicionais e seus territórios, de modo geral, predominam o seu reconhecimento enquanto espaço de uso comum ou de apropriações coletivas, tradição herdada de seus ancestrais, que se contrapõe a visão hegemônica, que é embasada na posse individual e privada de terras (LITTLE, 2002). Contudo, apesar dessas relações territoriais instituídas por comunidades tradicionais serem consideradas mais sustentáveis e socialmente responsáveis, instigam os conflitos, sobretudo econômicos e políticos, entre dirigentes, grileiros, fazendeiros e sitiantes que querem exercer domínio e ter reconhecido direito de posse de áreas coletivas.

Tal situação é recorrente entre as comunidades quilombolas no Norte de Minas (Figura 1). É importante mencionar que desde o histórico de ocupação das margens do Rio São Francisco pela população negra, onde se destacam os processos migratórios ocorridos no século XIX provenientes da região nordeste em direção à região Norte de Minas Gerais, presencia-se disputas territoriais entre comunidades rurais, como os quilombolas, e fazendeiros (COSTA; DAYRELL; OLIVEIRA, 2015).

Figura 1 - Limites da Comunidade Quilombola de Bom Jardim da Prata, situada em área rural do município de São Francisco/MG.

AS COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS DO NORTE DE MINAS/MG E OS DESAFIOS
RELACIONADOS COM A PANDEMIA DA COVID-19
MARQUES, A. S.; BERNARDES, B.M.; BORSAGLI, A



Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2017.

Não obstante, torna-se um desafio para os povos tradicionais garantirem a sobrevivência em seus territórios, diante das constantes ameaças de expropriações, e de manterem vivas suas práticas culturais presentes em seus saberes, nos modos de fazer, nas celebrações, que estão enraizadas no cotidiano.

Ademais, o território pode ser construído e desconstruído a partir de diferentes escalas físicas – desde um contexto micro da escala da rua, até escalas de maior abrangência em âmbito nacional e internacional; e considerando escalas temporais variadas, o que engloba aquelas que se consolidam de maneira esporádica ou cíclica – em que as relações de poder limitam-se a dias ou meses, até aquelas com condições mais permanentes, com durabilidade de anos, décadas ou até mesmo séculos (SOUZA, 1995).

Desse modo, os limites administrativos, políticos e econômicos dos territórios tornam-se difusos mediante as múltiplas relações que os grupos sociais constroem com porções do espaço e, as relações de poder, podem definir diferentes fronteiras que interferem nas escalas do sistema territorial (RAFFESTIN, 1993).

O norte do Estado de Minas Gerais, foco de estudo deste trabalho, abriga uma pluralidade de comunidades tradicionais que habitam as áreas adjacentes ao Rio São Francisco. Destacam-se entre esses povos os “geraizeiros, pescadores, ribeirinhos, barranqueiros, quilombolas, indígenas, remeiros, vazanteiros, veredeiros, campineiros, catingueiros, chapadeiros” (IEPHA, 2015, p.32).

Sobre a relação das comunidades tradicionais do Norte de Minas com o território é importante destacar que, de modo geral, elas lidam com ameaças de expropriações em consequência de impasses fundiários ou com a dificuldade de reconhecimento do direito de permanência nos territórios diante da ausência de escritura de compra e venda lavrada em cartório e pela inexistência de termo de posse definitivo, que é emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Nesse ponto, é importante salientar que desde o fim do Governo de Dilma Rousseff, em 2016, houve o esvaziamento dos recursos referentes às políticas públicas direcionadas aos Povos Tradicionais. Nessa medida, esse fato foi agravado com a extinção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR pelo governo de Michel Temer, bem como do contingenciamento de recursos do INCRA, da Fundação Palmares e do Ministério de Desenvolvimento Social e órgãos afins, pelo governo Bolsonaro.

Para além dessas questões, vale ressaltar que as comunidades tradicionais estabelecem forte vínculo territorial nas áreas adjacentes ao Rio São Francisco, que são de posse da União, e se apropriam das terras de modo coletivo, para prática das atividades cotidianas de subsistência, como a agricultura e pecuária (MARQUES, 2018).

É importante mencionar que esses limites territoriais são muitas vezes fluidos ou difusos, uma vez que, são frequentes as ações de cercamento de terras por parte de fazendeiros e sitiantes, que apresentam interesses de reivindicação de propriedade privada, bem como, as tentativas de transposição desses limites por parte das comunidades tradicionais em demandas de atividades cotidianas, como colheita (como a de mandioca, quiabo, arroz, feijão e abóbora nas ilhas do rio São Francisco), caça e pesca, ou até mesmo diante da necessidade de se constituir atalhos para articulação de caminhos na comunidade (Figura 2).

Figura 2 - Pescaria com linha nas margens do Rio São Francisco.



Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2021.

Ademais, muitas vezes os limites territoriais administrativos dos municípios não coincidem com os limites das áreas coletivas que abrigam e são fonte de subsistência das comunidades tradicionais, o que dificulta o processo de reconhecimento legal de territórios por parte do INCRA.

Não obstante, os interesses econômicos de fazendeiros e de empresas, sobretudo vinculadas à agroexportação, nos recursos naturais provenientes do Rio São Francisco e suas margens, intensificam a conformação de barreiras de acesso aos rios, lagoas e veredas, para limitar as apropriações por parte das comunidades tradicionais. Nessas condições, torna-se cada vez mais conflituosa a permanência nos territórios pelas comunidades tradicionais do Norte de Minas e difícil a garantia de direito de uso dos espaços coletivos (MARQUES, 2018).

Sobre o histórico dos conflitos territoriais no Norte de Minas, os conflitos iniciais registrados pela posse de terras, segundo Fonseca (2011), datam das primeiras incursões ao Vale do São Francisco por portugueses e bandeirantes no século XVIII. Alguns autores relatam que os encontros entre colonizadores e os moradores da região resultaram em batalhas, como exemplo o quase extermínio das tribos Xakriabá e Kayapó, que originalmente percorriam as margens do rio, onde se situam as cidades de São Francisco e de São Romão (COSTA; DAYRELL; OLIVEIRA, 2015).

No processo de colonização do Brasil, optou-se pela fundação de vilas e povoados, começando com o povoamento da faixa litorânea e, posteriormente, adentrando a região que ficou conhecida

como Sertão. Uma das rotas fluviais mais utilizadas foi a do Rio São Francisco, que ligava as províncias do nordeste até a região central da capitania de Minas Gerais.

Ainda, outra estratégia utilizada consistiu na construção de fazendas voltadas para a agricultura ou pecuária. No norte de Minas Gerais, devido a sua topografia de planície e abundância de cursos d'água, principalmente ao longo do Rio São Francisco e de sua bacia, foram sendo doadas grandes extensões territoriais para famílias ligadas à Coroa Portuguesa, com a finalidade da ocupação efetiva dessa região (ROCHA, 2004).

O tráfico de negros escravizados utilizou tanto a rota do Rio São Francisco, quanto as estradas que cortavam o norte da então Capitania de Minas Gerais (estrada Real do Norte que ligava o porto de Salvador à Capitania de Minas Gerais). Tratados como mercadoria, esses indivíduos seriam transportados para servir de mão de obra nas áreas de mineração, como as situadas na região de Grão Mogol, Diamantina, Serro e Vila Rica - atual município de Ouro Preto (MARTINS; SILVA, 2006).

Parte desses povos escravizados também eram levados para as fazendas de criação de gado. Entretanto, rebeliões e fugas deram origem a pequenos quilombos espalhados pelo território nacional. Assim, enquanto ocorria o processo de colonização do Brasil, negros aquilombados e seus descendentes rompiam com o ordenamento jurídico e ocupavam frações de terras que passaram a ser fonte de disputas, tendo em vista principalmente a Lei de Terras de 1850 (MENDES, 2009).

Especificamente no que diz respeito ao Norte do atual Estado de Minas Gerais, o Vale do Médio São Francisco, durante o processo de colonização até meados do Século XX, era caracterizado por imensas propriedades rurais, com criação extensiva de gado bovino que coexistiam em meio aos territórios ocupados por povos tradicionais, como os indígenas e os quilombolas. Esse arranjo foi modificado com o intenso processo de cercamento de terras e a expulsão das comunidades tradicionais nos anos de 1950, período marcado pela chegada de novos fazendeiros na região, que conseguiram crédito rural e incentivos em bancos oficiais e, com a tutela da Ruralminas, concretizaram o Projeto de Colonização da Jaíba e a implantação do maior complexo de irrigação da América Latina (MARQUES, 2018).

Os antigos moradores do Vale do São Francisco, por estarem alheios ao ordenamento jurídico, quase sempre não possuíam a escritura lavrada em cartório, ou seja, eram considerados posseiros, situação ainda verificada nos dias atuais. Todavia, o intenso comércio de terras – na maioria das vezes com pouca fiscalização, bem como, o conluio de alguns cartórios, juntamente com a ação de corretores de imóveis, facilitaram a aquisição de terras por parte de grandes fazendeiros que apresentaram escrituras (mesmo sendo em terras devolutas ou áreas da União) e disputaram as mesmas áreas ocupadas anteriormente por comunidades tradicionais.

Além de conflitos pela posse de terra, que já foram descritos e que são de procedência antiga, novos conflitos surgiram nas últimas décadas, principalmente pelo monopólio dos cursos de água, como os rios, lagoas e córregos. A água passou a ser tratada como uma mercadoria valiosa, principalmente com o advento das grandes empresas rurais do ramo da exportação de frutas (limão, mamão, banana e manga), sementes de capim e de soja, que necessitam da água para a irrigação (MARQUES, 2018).

Assim, no Norte de Minas os conflitos socioespaciais têm sido cada vez mais acirrados entre comunidades tradicionais e atores econômicos como fazendeiros, sitiante e empresas vinculadas ao agronegócio. A título de exemplo, a comunidade quilombola de Bom Jardim da Prata, tem sido expropriada por grandes fazendeiros e grileiros de terras, criando recentemente um novo conflito, com a presença ostensiva de seguranças armados e o controle do fluxo de pessoas nos acessos a comunidade do Lajedo (parte do Bom Jardim da Prata). De forma geral, as grandes empresas rurais e fazendeiros dessa região consomem de maneira predatória os recursos naturais provenientes do Rio São Francisco e suas imediações e, por meio das apropriações e das relações de poder instituídas, dominam e manipulam as áreas que são de interesse comunitário, dificultando a sobrevivência, a manutenção dos laços sociais e das tradições dos povos rurais nos seus territórios (MARQUES; MARQUES, 2020).

Ademais, além dos problemas territoriais, as comunidades tradicionais ainda estão sofrendo os impactos do contexto da pós pandemia, desencadeado pela COVID-19, desde o início do ano de 2020. Nesse contexto, os povos lidaram com a insegurança de disseminação do vírus (SARS-CoV-2) nessas regiões que, na maioria das vezes, apresentam dificuldade de acesso à infraestrutura hospitalar, devido às condições precárias de mobilidade em função da barreira física representada pelo Rio São Francisco, sendo forte a dependência da balsa como modo de transporte (Figura 3).

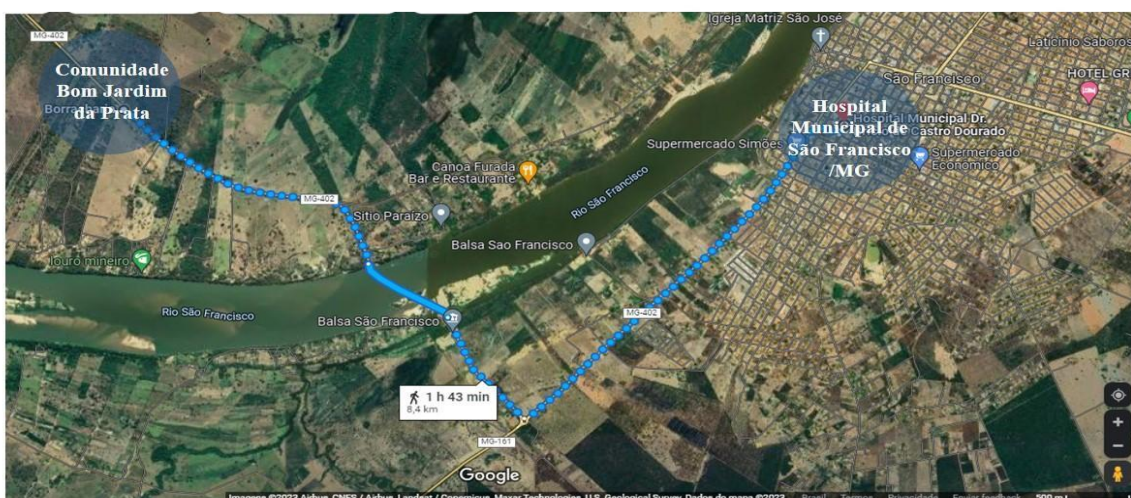
Assim, torna-se difícil para os moradores de comunidades tradicionais, como é o caso da Comunidade Quilombola de Bom Jardim da Prata, situada em São Francisco/MG, terem acesso à infraestrutura hospitalar, tendo em vista o longo caminho que precisam percorrer, além de dependerem da balsa para a travessia do Rio São Francisco, demandando, em média, um tempo de percurso a pé - e em estrada sem pavimentação - de 1 hora e 43 minutos, perfazendo um total de 8,4 km (Figura 4). Ressalta-se que mesmo com o fim da pandemia foi mantida a dificuldade de acesso aos equipamentos de saúde, uma vez que a assistência à saúde continua ainda centralizada na sede do município.

Figura 3 – Travessia de balsa no Rio São Francisco.



Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2021.

Figura 4 – Percurso necessário para acesso da Comunidade Bom Jardim da Prata em São Francisco/MG ao hospital municipal de São Francisco.



Fonte: Brenda Melo Bernardes, 2023. Mapa-base: Google Maps.

Sobre as medidas que foram impostas durante o período da pandemia pelos municípios onde se inserem as comunidades tradicionais em questão, vale a pena mencionar, além da exigência de uso de máscaras em lugares fechados (Figura 4), a adoção das medidas sanitárias relacionadas a limpeza e higienização de estabelecimentos – quase a totalidade da comunidade de Bom Jardim da Prata não possui sistema de abastecimento de água (a água é retirada do rio São Francisco ou de poço artesiano e não sofre qualquer forma de tratamento) e nem de esgoto, o que comprometeu a condução dos processos de higienização que foram exigidos segundo os critérios da Organização Mundial de Saúde –OMS.

Também, durante o período da pandemia predominou o controle das administrações municipais quanto à permanência e aglomerações na orla do Rio São Francisco, sendo a suspensão ou possibilidade de realização de atividades condicionada pelos protocolos mais ou menos restritivos, conforme análises periódicas que foram realizadas sobre as taxas de propagação da COVID-19 (SÃO FRANCISCO, 2022).

Vale lembrar que, no caso das comunidades tradicionais, o atendimento das exigências de saúde pública nem sempre foram plenamente cumpridas no período da pandemia, dado às dificuldades econômicas dos moradores, bem como na falta de acesso à informação de qualidade. Cabe destacar que durante a pandemia, com o isolamento social, ficaram interrompidos os encontros sociais e culturais, atividades importantes para a manutenção dos laços desses povos tradicionais. Com o fim da pandemia, paulatinamente, a associação quilombola e os moradores voltaram às atividades normais, como a missa e os cultos, as festas de santos, a pesca e a caça, bem como as reuniões presenciais (Figura 5).

Figura 5 – Pesca artesanal no Rio São Francisco nas imediações da Comunidade Quilombola Bom Jardim da Prata.



Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2017.

Também é importante ressaltar que durante o período da pandemia surgiram variantes da COVID-19³ que foram ocasionadas por mutações da cepa original, apesar do avanço na vacinação em um contexto global (Figura 6), dificultando o controle da doença, o que tornou difícil a retomada de forma mais intensa das atividades de lazer e de turismo. Ressalta-se aqui que o Ministério da Saúde elencou os quilombolas como um dos primeiros grupos prioritários para as campanhas de vacinação, todavia a dificuldade de acesso e aspectos negacionistas e o medo da vacina dificultaram em parte esse processo em algumas comunidades (ALVES, 2023). Desse modo, é importante refletir sobre como a pandemia da COVID-19 impactou as comunidades tradicionais, sobretudo no que tange a manutenção de seus aspectos socioculturais.

Figura 6 – Fila da vacina da COVID-19, em frente à Igreja Católica de Santa Helena – São Francisco/MG.

³ Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2021) a disseminação do coronavírus caracterizou-se pela alta capacidade de mutação em seu ciclo evolutivo sendo presenciado, durante o período da pandemia, a ocorrência de variantes como a Alpha, Delta, Beta, Gama e Ômicron, com alteração de sintomas frequentes e do potencial de contágio.

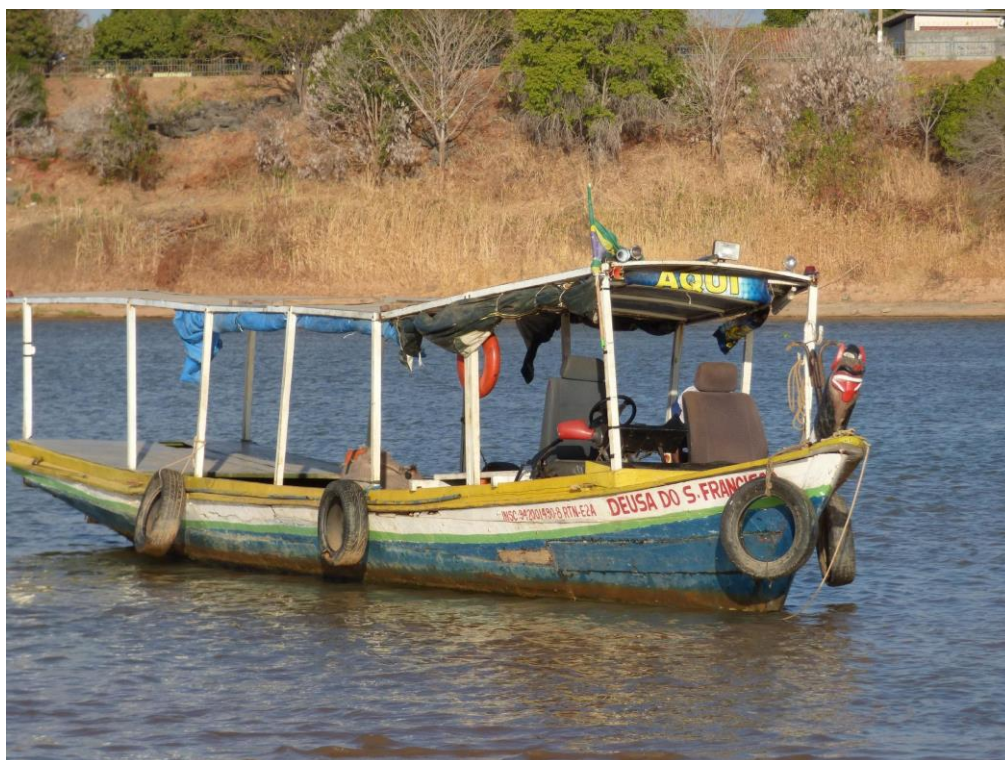


Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2021.

2. A PANDEMIA DA COVID-19 E SUA INFLUÊNCIA NAS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO NORTE DE MINAS

As comunidades tradicionais do Norte de Minas são detentoras de riqueza cultural expressa em suas festividades religiosas, nas práticas artesanais, nas narrativas, entre outras tradições, que definem singularidades aos territórios que ocupam. Além disso, os povos que habitam as imediações do Rio São Francisco dependem desse recurso natural como fonte de subsistência, como meio de transporte e, ainda, utilizam de suas margens para manifestações culturais e rituais que fortalecem a relação afetiva das comunidades com o rio (Figura 7).

Figura 7 – Barco com carranca no rio São Francisco, nas imediações da Comunidade Quilombola Bom Jardim da Prata.



Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2017.

Dentre as diversas comunidades tradicionais que habitam o Vale do Rio São Francisco pode-se mencionar algumas identificadas a partir de conversas e mensagens informais trocadas entre seus membros e lideranças, a saber: Associação de Mulheres Quilombolas de Caraíbas, Associação Quilombola Bem Viver, Associação Quilombola Bom Jardim da Prata e Benedito Costa, ambas comunidades situadas na Zona Rural do Município de São Francisco; Associação Comunitária Quilombola de Vereda Viana, que localiza-se no município de São João da Ponte e Associação Quilombola dos pequenos produtores rurais de Riacho da Cruz, inserida em Januária.

Assim, como contribuições coletadas é possível mencionar algumas das tradições culturais enraizadas nas comunidades tradicionais do Norte de Minas, onde se destacam, de modo geral: a produção de artesanato com extração de materiais da natureza como a palha de Buriti, cascas e sementes do cerrado e argila, sendo produzidas, dessa forma, peças cerâmicas como vasos decorativos e utensílios para o uso doméstico como vasos, gamelas e potes (Figura 8); o conhecimento das plantas e ervas oriundas do cerrado na medicina popular; os saberes construtivos presentes nas edificações

erguidas em pau-a-pique e adobe; os festejos como Folia de Reis⁴, festa de São Sebastião, Dança do Carneiro, Lundu, Sussa e Festa de São Gonçalo.

Também, ocorre anualmente a tradicional Festa de Santo Antônio da Serra das Araras, município de Chapada Gaúcha – localizado também no norte de Minas Gerais, uma espécie de romaria que atrai um público estimado de 20.000 pessoas. Essa festa além de conter celebrações do catolicismo, é conhecida pelo seu lado profano, com shows de artistas sertanejos de renome nacional (MARQUES, 2018).

Figura 8 – Trabalho em crochê feito pela artesã Conceição de Bom Jardim da Prata.



Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2021.

Em meio a essas questões, desde o ano de 2020, com o surgimento da Pandemia da COVID - 19, foram interrompidos todos os eventos de cunho religioso ou cultural nas comunidades tradicionais do Norte de Minas em geral. Desse modo, durante a pandemia as celebrações e missas que são tradicionais nas igrejas católicas, situadas nos quilombos, foram interrompidas, influenciando

⁴ A Folia de Reis é uma festa religiosa e cultural que se realiza entre o período do natal até o dia de Reis (06 de janeiro). Um grupo masculino, com instrumentos musicais visita os moradores de determinada comunidade, cantando e dançando. Em um primeiro momento do rito, o mestre da folia pede licença para entrar na casa, e se aceito, ele e os demais integrantes se postam perante um presépio, e a bandeira do grupo circula entre os presentes. Posteriormente, ocorre a apresentação de cantigas e rezas, finalizando com um lanche reforçado servido pelo anfitrião.

negativamente nas relações cotidianas (Figura 9). Apesar das atividades serem retomadas gradativamente pós o contexto de pandemia, as comunidades ainda apresentam dificuldade para realização de eventos sociais e culturais devido à falta de incentivos financeiros.

Figura 9 – Igreja Católica do Menino Jesus em Bom Jardim da Prata.



Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2016.

Também, manifestações como os giros da Folia de Reis (Figura 10), bem como, o encontro e ensaio dos foliões, foram drasticamente reduzidas diante das limitações para ocorrência dos eventos sociais relacionados com a pandemia. As festas e danças, os encontros, a prática do futebol nos diversos campinhos, as missas e cultos, o uso da praia no rio São Francisco, que caracterizam as práticas cotidianas e sociais nessas comunidades, foram proibidas durante o período mais crítico da COVID-19. Todavia, essas atividades cotidianas paulatinamente voltaram a ocorrer com a diminuição dos casos de COVID-19 e a ampliação da cobertura vacinal, principalmente a partir do segundo semestre de 2022.

Figura 10 – Instrumentos e utensílios da Folia de Reis de um dos Mestres que reside no Quilombo Bom Jardim da Prata.



Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2021.

Ainda como parte da cultura desses povos, nas margens do São Francisco circulam diversas narrativas que reforçam o poder simbólico desse curso d'água na vida cotidiana dos moradores das comunidades tradicionais, como por exemplo, a presença do caboclo d'água. Segundo os moradores do Quilombo de Bom Jardim da Prata, ele viveria nas barrancas do rio São Francisco, possuindo poderes sobrenaturais como o de afundar embarcações, ou mesmo de imobilizá-las em meio a correnteza, também de romper as redes de pesca, demolir casas e aterrorizar os moradores dessa região. Ele teria a forma humana, de baixa estatura, e poderia ser negro ou vermelho, segundo relatos de Dona Silú, moradora do Quilombo de Bom Jardim da Prata (MARQUES, 2018).

Outras narrativas tratam da personificação do mal, mais conhecido na região do Vale como Romãozinho. Os moradores dizem que no antigo Sítio Novo, há muitos anos atrás, teria vivido uma criança que teria sido amaldiçoada por sua mãe, com isso a alma da criança não teria mais paz e ficaria espantando e pregando peças nos moradores da região (MARQUES, 2018).

Também existem outras narrativas como a da Mulher de Branco, que apareceria toda noite caminhando pela estrada que liga o Município de São Francisco à Pintópolis, desde o porto velho - nas margens do Rio São Francisco, até o entroncamento com a Vila de São Francisco de Assis. Essa seria uma assombração, muito temida pelos moradores dessa área (MARQUES, 2018).

Apesar da ocorrência dessas narrativas não estabelecerem relação direta com a COVID-19 pode-se dizer que o contexto da pandemia dificultou a difusão das tradições culturais considerando principalmente a situação de que os mestres desses saberes geralmente são pessoas mais idosas, que demandavam mais restrições de isolamento. Também, com o processo de esfacelamento dos laços comunitários, tais manifestações culturais correm o risco de desaparecer junto com os moradores mais velhos, uma vez que parte dos jovens não parecem demonstrar o mesmo interesse em manter as tradições de seus pais e avós. Também é importante salientar que boa parte dos jovens precisam abandonar a comunidade para ter a possibilidade da continuidade dos estudos, uma vez que não existem cursos técnicos e nem de 3º grau nas áreas rurais.

Contudo, parece ainda resistir nessas comunidades alguns saberes tradicionais anteriormente exercidos pelas benzedeiras, por meio do cultivo de ervas e de plantas medicinais nos quintais e do preparo das garrafadas ainda consumidas e comercializadas nas comunidades quilombolas do Vale do Médio São Francisco. Os moradores mais idosos conseguem identificar um grande número de plantas e de espécies medicinais e fazem a coleta adentrando as diversas áreas de matas nativas. Verifica-se, inclusive, na comunidade quilombola de Caraíbas a prática do ofício de raizeiro por meio da preparação das garrafadas para diversos tipos de doenças. Esse conhecimento tradicional ainda é utilizado devido a carência de farmácias e de serviços de saúde nessas áreas rurais.

Percebe-se ainda a manutenção de alguns saberes tradicionais relativos aos modos de morar e das técnicas construtivas vernaculares, principalmente no uso do pau-a-pique (ou taipa de mão) e do adobe. Nessa perspectiva, parte dos moradores ainda utilizam os materiais retirados das matas para a construção de suas casas e dos ambientes de serviços ou para a criação de pequenos animais, como os paióis, depósitos, currais, galinheiros e chiqueiros. Nas últimas décadas foi percebido a substituição das práticas construtivas tradicionais pelo uso da alvenaria de tijolos para as novas construções, principalmente com a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida Rural, financiado pela Caixa Econômica Federal, colocando em risco a perpetuação dos saberes tradicionais no Vale (MARQUES, 2018).

Outra tradição que merece registro consiste na apropriação e no uso alternado do território. Por estarem nas margens do Rio São Francisco, as comunidades aprenderam, com o tempo, a utilizarem de forma apropriada esses recursos naturais. Assim, em tempo de seca, os moradores podem utilizar plenamente as margens do rio, no entanto, quando ocorrem as grandes enchentes, o rio extravasa em sua calha e inunda as margens - conhecidas como vazantes. Depois de dois ou três meses, o rio volta para sua calha de origem e essas áreas ficam mais férteis, sendo utilizadas para o plantio de cereais, vegetais, frutas e leguminosas, como exemplos, o feijão catador, andú, fava (um

tipo de feijão muito consumido na região), abóbora, arroz, quiabo, milho, melancia, entre outras espécies.

Também os moradores utilizam os terrenos das ilhas que ficam situadas em meio ao Rio São Francisco, que, legalmente, pertencem à União. Pelo fato de historicamente as comunidades tradicionais estarem presentes nesses territórios, desde seus ancestrais, possuem o direito de uso dessas terras e fazem a divisão das ilhas entre si, onde cada família pode plantar, bem como, alugar as áreas para outros moradores - mesmo entre aqueles que não pertencem ao quilombo. A partir dos relatos coletados entre os moradores das comunidades tradicionais, os terrenos das vazantes e os das ilhas são significativamente mais úmidos e férteis, quando comparado aos outros terrenos, fazendo com que os mesmos sejam mais valorizados e disputados pelos membros da comunidade.

Ainda sobre os territórios das comunidades tradicionais no norte do Estado de Minas Gerais, eles têm sido atravessados por um processo de modernização desde a segunda metade do século XX. Tal processo consistiu no cercamento das terras, na implantação de estradas e rodovias, na criação de vilas e de povoados, bem como, na atuação de grandes firmas do agronegócio que, negativamente, contribuíram para que os moradores das comunidades ficassem ilhados em pequenas frações de terreno, em meio às grandes fazendas da região (MARQUES, 2018).

Com a falta de áreas para o plantio, ausência de políticas públicas de incentivo à manutenção da agricultura familiar, além dos longos períodos de estiagem, tornaram-se escassas as alternativas de trabalho para os moradores das comunidades tradicionais. Assim, durante boa parte do ano, jovens e adultos que integram as comunidades tradicionais saem de seus territórios para o trabalho sazonal em diversas regiões do país, como o sul de Minas, Goiás e São Paulo.

Como exemplo de situação recorrente na Comunidade Quilombola Bom Jardim da Prata, o trabalho sazonal e a falta de emprego no território, enfraqueceram os laços comunitários causando prejuízos na perpetuação da cultura dessa região. Sob esta ótica, muitos moradores partem para outras cidades e não retornam mais ao quilombo, ou mesmo, ao retornarem, trazem novas práticas culturais que dificultam a perpetuação dos saberes tradicionais.

Todavia, com a morosidade e burocracia dos processos de titulação dos territórios tradicionais pelo INCRA, as comunidades tradicionais do Norte de Minas lidam ainda com a insegurança quanto ao processo de permanência em seus territórios e com o aumento dos conflitos socioterritoriais.

Também, o isolamento social imposto pelo contexto de pandemia fez com que muitos moradores do Quilombo Bom Jardim da Prata e de outras comunidades tradicionais mudassem para o município sede, para a casa de parentes, principalmente os que possuíam filhos em idade escolar, já que as escolas na zona rural permaneceram fechadas no primeiro ano da pandemia. Outro desafio

para as famílias que insistem em permanecer no território consiste na falta de infraestrutura básica, como o fornecimento de água tratada, energia elétrica, telefonia, internet, saneamento básico, coleta de lixo, posto de saúde e estradas de acesso. Sem ter acesso à internet e à energia elétrica, estudantes do quilombo e das demais comunidades tradicionais durante o período mais crítico de isolamento da COVID-19 ficaram alijados do seu direito à educação, por não conseguirem assistir a modalidade de aulas remotas ofertadas parcialmente pela Secretaria de Estado de Educação. Apesar de declarado o fim de emergência em saúde pública pela pandemia da COVID-19 em 2022, os estudantes terão o desafio de lidar com a defasagem no processo de aprendizagem devido às limitações durante o período de ensino remoto.

Ainda, pode-se apontar que a proibição de encontros presenciais, sobretudo durante os anos de 2020 e 2021, devido às restrições sanitárias, dificultaram a manutenção dos laços sociais nas comunidades e a realização dos eventos culturais.

Como exemplo, as reuniões da Associação Quilombola de Bom Jardim da Prata ficaram limitadas a apenas duas no ano de 2020. Essa situação também é constatada nas demais associações do vale. Sem essas reuniões, os projetos e eventos que serviriam de ampliação de vínculos comunitários e luta por direitos ficaram prejudicados.

Ainda em relação à Comunidade Quilombola Bom Jardim da Prata, mesmo em meio a falta de recursos, ao desemprego, bem como, aos problemas relacionados com a mobilidade, devido à dependência de balsa, e a falta de infraestrutura de saúde, de acordo com os dados coletados pela Associação Quilombola, cerca de 97% da comunidade foi vacinada contra o COVID 19 até o período que compreende o ano de 2021. Ainda, segundo lideranças quilombolas, a maior parte da população das comunidades tradicionais conseguiu vacinar no decorrer da pandemia, sendo uma importante medida para controle na disseminação do vírus.

Assim, em função do avanço da campanha de vacinação, e a diminuição dos casos de contaminação da COVID-19 e de suas variantes, os moradores do quilombo puderam, paulatinamente, retornar às atividades do cotidiano – mesmo que parcialmente, bem como às suas manifestações religiosas e culturais.

O quadro atual segundo alguns relatos das lideranças quilombolas é que as reuniões no quilombo de Bom Jardim da Prata voltaram a ocorrer de forma presencial apenas em meados de 2022. As manifestações religiosas e culturais, como as Folias de Reis, foram retomadas principalmente em 2023, ou seja, constata-se quase dois anos sem nenhum giro de folia nos territórios quilombolas dessa região.

Conforme relatos de membro da comunidade do Cedro, localizado na zona rural do município de São Francisco, houve a interrupção dos eventos culturais e religiosos por quase dois anos, devido aos decretos municipais que proibiam a aglomeração de pessoas. Também é importante ressaltar que a comunidade tentou fazer o isolamento social no início da pandemia pelo medo que a mesma gerava entre os moradores do quilombo. Já em 2022, a comunidade tentou realizar a folia, mas os foliões em sua grande maioria testaram positivo para o COVID-19, fazendo com que a festa fosse cancelada. Todavia, em função do aumento da vacinação e a diminuição dos números de casos, a comunidade voltou a organizar o giro das folias no território em janeiro de 2023.

Com relação ao Quilombo de Buriti do Meio, localizado na zona rural do município de São Francisco, é necessário frisar que os membros da comunidade ficaram sem poder participar de feiras e eventos culturais em função da proibição da realização de eventos seguindo os protocolos governamentais, sendo atividades importantes para comercialização de produtos de artesanato em cerâmica. Também, o isolamento social impossibilitou que a comunidade recebesse visitantes que outrora percorriam seu território e adquiriam produtos que eram levados para diversas partes do país.

Ainda sobre o Quilombo de Buriti do Meio, um dos moradores relatou que durante os dois primeiros anos da pandemia não ocorreram eventos culturais ou reuniões da associação quilombola. O único evento cultural foi a festa de celebração da Abolição da Escravatura, que foi realizada no quilombo no período de 13 a 15 de maio de 2022. Esse evento reuniu diversas lideranças quilombolas e moradores da região, tendo apresentações musicais, danças e comidas típicas do quilombo. Ainda, o mesmo morador apontou que a pandemia de COVID-19, bem como a falta de recursos para o fomento da cultura por parte do governo (federal, estadual e municipal), prejudicou o quilombo de Buriti do Meio. Além disso, os eventos culturais ficaram comprometidos por problemas de saúde da maior liderança e matriarca do quilombo, que esteve muito doente nesse período. Assim a produção de cerâmica e de artesanato foi interrompida, o que gerou prejuízos para boa parte da comunidade, que tem na comercialização de potes e objetos de decoração, sua principal fonte de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Vale do Médio São Francisco tem enfrentado conflitos socioterritoriais desde o período da colonização. Tal situação é fruto da apropriação do território de forma desigual e injusta, por diversos atores sociais e econômicos, como grandes latifundiários, sitiantes, fazendeiros, grileiros, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e demais povos tradicionais. Não obstante, a ausência da titulação

de parte das terras do vale, associado ao comércio informal e a grilagem, podem ser considerados motores para os crescentes conflitos na região.

Nesse contexto, um novo processo de estagnação econômica e crise sanitária se instalou diante dos riscos associados à propagação da COVID 19. Sob essa ótica, o vale, que já não possuía uma cobertura de assistência de saúde mínima e sofria com a carência de fornecimento de infraestrutura básica, como já mencionado no texto, vem sofrendo com as restrições de isolamento impostas pela pandemia. Tal situação influenciou, dentre outros aspectos, na redução do fluxo de pessoas nas comunidades tradicionais, na proibição de festejos e de celebrações tradicionais, bem como, influenciou negativamente na diminuição de oferta de emprego na região.

Apesar de parte desses eventos terem sido retomados paulatinamente com a redução dos casos de COVID-19, verifica-se que a pandemia provocou mudanças nas relações sociais e nas tradições e celebrações que são características desses territórios, sendo uma ameaça para a manutenção da riqueza cultural dessas comunidades tradicionais.

Muitos integrantes de comunidades quilombolas que habitam a região do vale no Norte de Minas tiveram que migrar ou partiram para o trabalho sazonal em outras cidades ou regiões, deixando as comunidades esvaziadas, dificultando a perpetuação dos laços sociais e culturais.

As leis sanitárias impostas pelas municipalidades durante o período inicial de propagação da COVID-19, principalmente durante os anos de 2020 e 2021, proibiram qualquer tipo de aglomeração e de encontros, como os que aconteciam com as festas de santos e outras manifestações como a folia de reis, a dança do carneiro, do tamanduá e o lundu. Apesar de serem medidas extremamente necessárias em um contexto de pandemia, provocaram reflexos no cotidiano desses povos.

Nesse sentido, pode-se dizer que a crise sanitária da COVID-19 comprometeu as relações sociais e culturais existentes nas comunidades tradicionais do Norte de Minas. Para continuarem existindo, essas comunidades necessitam dos encontros possibilitados pelas festas de santos, pelo trabalho coletivo nas casas de farinha e na colheita nas ilhas, bem como, das formas tradicionais de manifestação e perpetuação de seu patrimônio material e imaterial. Ressalta-se que os impactos nessas comunidades tradicionais muitas vezes são mais profundos, quando comparado o meio rural ao urbano, tendo em vista as práticas sociais e modos de vida coletivo que seus membros mantêm com os territórios onde encontram-se inseridos dependem essencialmente do contato físico.

Por outro lado, sem a titularidade dos territórios tradicionais, torna-se difícil garantir a segurança e manutenção desses povos, que vivem de forma intrínseca aos meios fornecidos pela natureza.

Assim, os moradores do vale, em certa medida, têm resistido aos constantes e históricos processos externos que atravessam de modo hegemônico suas comunidades e que provocam o esfacelamento dos laços sociais, a restrição de acesso à porções territoriais significativas e aos seus recursos naturais, além de colocar em iminente risco a perda do seu patrimônio material e imaterial.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. J. *et al.* Saúde da Família, territórios quilombolas e a defesa da vida. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 21, p. e02209219, 2023. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2209>>. Acesso em: 14 maio 2023.

BERNARDES, Brenda Melo; MARQUES, Amaro Sérgio; SÁ, Ingrid Moura Oliveira. Territórios em disputa: comunidades Quilombola e Vazanteira no Norte de Minas/MG e os desafios quanto à perpetuação dos saberes tradicionais. *In*: VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ), 2020, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL, Governo Federal. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **República Federativa**, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 14 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é a Covid-19?** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 14 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de operacionalização da vacinação contra a Covid-19**. 9.ed. Brasília: Ministério da Saúde. 2021.

COSTA, João Batista de Almeida; DAYRELL, Carlos Alberto; OLIVEIRA, Cláudia Luz. **Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sócio-cultural da comunidade remanescente do quilombo Bom Jardim da Prata- São Francisco (MG)**. Montes Claros: Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Processos Sociais e Sertão, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, Universidade Estadual de Montes Claros, 2015. 173 p.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais de vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**: Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 731p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IEPHA). **Inventário cultural do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2015.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. n. 322. Brasília: DAN/UnB. 2002. 251-290p.

MARQUES, Amaro Sérgio. **A produção do território e moradia no Quilombo Bom Jardim da Prata**. 2018. 175f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MARQUES, Matheus Mendes Bomfim; MARQUES, Amaro Sérgio. Da Invisibilidade à busca de autonomia: Quilombos, Latifúndios e Conflitos Socioambientais no Vale do Médio São Francisco. *In: Anais do 4o Congresso Mineiro de Direito Ambiental: Pandemias e endemias e os impactos nas cidades*, v.1 [recurso eletrônico], 2020, Belo Horizonte: InitiaVia . **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2020.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. Via Bahia: a importação de escravos para Minas Gerais pelo caminho do sertão, 1759-1772. *In: XII SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA*. **Anais [...]**. Cedeplar/UFMG, 2006, p. 17-18, disponível em:<www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A002.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.

MENDES, José. Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. **Cadernos CRH**. Salvador. vol. 22, nº 55, p. 173- 184, abr. 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993, 269 p.

ROCHA, Geraldo. **O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. 256 p. (Brasiliana).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos, 1). 260 p.

SÃO FRANCISCO, Prefeitura municipal de. Decreto nº 8 de 21 de janeiro de 2022. Dispõe sobre as medidas transitórias e preventivas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), da epidemia de Síndrome Gripal causada pelo Virus Influenza A (H3N2), e da outras providências. 2022. São Francisco, **Câmara Municipal**, 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, Iná et. al. (Orgs.). Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**, Universidad de Barcelona, nº 93, 15 jul. 2001.

AUTORES

AMARO SÉRGIO MARQUES

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES (2007). Professor e pesquisador no curso de graduação e no mestrado em arquitetura e urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC RIO

E-mail: amaro@puc-rio.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4697-3572>

BRENDA MELO BERNARDES

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (2011), Especialista em Sistemas Tecnológicos e Sustentabilidade Aplicados ao Ambiente Construído - UFMG (2013), Mestre em Arquitetura e Urbanismo - Escola de Arquitetura - UFMG (2016), Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo - Escola de Arquitetura - UFMG e pesquisadora do Observatório de Conflitos Urbanos da UFMG. Atualmente é professora substituta no IFMG Santa Luzia.

E-mail: brenda.mbernardes@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5603-3202>

ALESSANDRO BORSAGLI

Professor e pesquisador, possui graduação em Geografia (PUC-MG) e História (UNIFRAN), Especialização em Geografia (UFVJM) e Arqueologia (Claretiano) e Mestrado em Geografia pelo PPGG-TIE da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pesquisador atuante na área de Geografia Urbana, Geografia Histórica, Memória Urbana, Hidrogeografia e Estudos da Paisagem, com foco no Estado de Minas Gerais.

E-mail: borsagli@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8789-012X>